



Agricultura Familiar:

Pesquisa, Formação e Desenvolvimento

RAF. v.13 , nº 2 / jul-dez 2019, ISSN 1414-0810

Quarta baliza do agroextrativismo no estuário do rio Amazonas: da luta pela terra à consolidação da economia do açaí

The fourth goal of agro-extractivism in the Amazon river estuary: from the struggle for land to the consolidation of the açaí economy

Carlos Augusto Ramos, Engenheiro Florestal, UFRA, pantojaramos@gmail.com;

Ana Margarida Castro Euler, Doutora, EMBRAPA, Professora Colaboradora do Curso GESAM/UFPA, ana.euler@embrapa.br

Resumo

Este artigo analisa os ciclos do desenvolvimento rural dos assentamentos agroextrativistas do município de Afuá durante o período de 1980 à 2019, dividindo-os em três balizas. Passadas quase quatro décadas, quais foram os ganhos socioeconômico das famílias? Qual a importância dos produtos florestais na vida dos trabalhadores e trabalhadoras agroextrativistas? Buscamos responder essas perguntas tendo como base estudo diagnóstico realizado pela Embrapa Amapá e Pnud, em parceria com as associações locais, no Projeto de Assentamento Agroextrativista Ilha do Meio, localizado no município de Afuá-PA. O estudo contou com 135 famílias informantes, que participaram de entrevistas com uso de formulários semi-estruturados e oficinas participativas. Foram levantadas informações relacionadas à segurança quanto a posse da terra, uso dos recursos naturais, acesso às políticas públicas e geração de renda do agroextrativismo. Os resultados mostram que a mobilização e organização social/sindical entorno da luta pela terra (década de 1980), a criação dos assentamentos (2007) e a emergência do mercado do açaí proporcionaram o florescimento de uma nova classe média rural que tem no açaí produto que responde por cerca de 90% da renda familiar. Porém, embora a renda média esteja acima dos índices limites estabelecidos para a situação de extrema pobreza, essas famílias

Abstract

This paper analyzes the rural development cycles of the agro-extractive settlements located in Afuá during the period of 1980 to 2019, divided into four periods. After almost four decades, we pose the following questions: what were the socioeconomic gains for families? What is the importance of forest products within the livelihood systems of agro-extractivist workers? We sought to respond to these questions using as a base, a diagnostic study conducted by Embrapa and Pnud in collaboration with local associations in the Ilha do Meio Agro-Extractivist Settlement Project, Afuá-PA. The study included 135 informant families who partook in participatory workshops and semi-structured interviews, where forms with closed and open questions were used. Using these methods, we documented information related to land tenure security, natural resource use, access to public policies, and income earned through agro-extractivism. Results showed that land struggles by the rural trade union organization (1980s), land settlement creation (2007), and the emergence of the açaí market have led to the emergence of a new rural middle class, for which açaí accounts for about 90% of families' income. Even though the average income of these families is well above the limits defining extreme poverty, they are still vulnerable given a lack of basic services (health, sanitation, energy) in the local and their

permanecem vulneráveis devido à ausência de políticas públicas básicas (saúde, saneamento, energia), dependência exclusiva de um único produto, as oscilações de preço e a dificuldade de planejamento financeiro para enfrentar o período de entressafra. A direção da quarta baliza, o futuro desejado, dependerá do equilíbrio entre tradição e cultura comunitária e fatores externos como mercado e cenário político.

Palavras-chave

Socioeconomia; Açaí; Estuário amazônico.

dependence on a single product, which suffers considerable prices variations. They also face difficulties conducting financial planning for the non-harvest season. The fourth goal of agro-extractivism, for a desirable future, thus depends on the equilibrium between tradition and the culture of the community, as well as external factors like the market and larger political scenario.

Keywords

Agro-extractivism; Açaí; Amazon estuary.

1. Introdução

O estuário amazônico, que compreende à área de influência das marés vindas do oceano Atlântico, desde a foz do rio Amazonas até o município de Óbidos, é região com uma das maiores biodiversidades do planeta. Abrange a costa amapaense, a microrregião paraense do Marajó, Rio Pará, Baixo Tocantins e Baixo rio Guamá. O estuário amazônico é um território coberto por florestas de várzea, campos inundáveis, manguezais, onde habitam populações tradicionais cujos meios de vida e cotidiano tem relação de estreita dependência dos rios, igarapés e marés.

Um dos municípios localizados nessa extensa região estuarina é Afuá, com uma população de 38.863 habitantes (IBGE, 2018), uma área de 837 mil de hectares (IBGE, 2018) e 99% de suas florestas estão conservadas (Inpe, 2017). Neste município está sendo implementado o projeto Bem Diverso, executado pela Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (Embrapa), em parceria com o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Afuá, associações de moradores dos Projetos de Assentamento Agroextrativistas (PAEs), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) do estado do Pará e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) com recursos do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF – sigla em inglês). O projeto se propõe a conservar a biodiversidade em paisagens de múltiplos usos no território do Marajó por meio do fortalecimento das políticas públicas, da promoção do manejo sustentável e da cidadania. O município de Afuá, dividido ao meio por uma das maiores baías marajoaras, o Canal do Vieira, tem o agroextrativismo

como principal meio de vida e a coleta dos frutos de açaí seu destaque socioeconômico. Segundo IBGE, em 2017, movimentou 20 milhões de reais, 19% da receita gerada no Marajó, 640 mil rasas¹ comercializadas. Apesar de possuir abundância em recursos naturais, possui um dos Índices de Desenvolvimento Humano - IDHs mais baixos do Pará (0,489) e 87.28% da população encontra-se em situação de vulnerabilidade à pobreza (IBGE, 2010).

Nos anos 1980 e 1990, a organização social do campesinato afuaense se fortaleceu, tendo a luta pela terra como uma das suas principais bandeiras, culminando com a criação do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Afuá, em 1984. Nos anos 2000, mais propriamente em 2007, são criados no município os primeiros Projetos de Assentamento Agroextrativistas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Nesta mesma década são criadas as associações dos PAEs, os extrativistas têm direito ao acesso ao Programa Nacional de Crédito Rural (Pronaf), ao Bolsa Verde (Lei 12.512/2011) e ao Bolsa Família (Lei 10.836/2004). Paralelamente a isso, o açaí que era um produto de consumo regional, ganha o mercado nacional e internacional, mudando a dinâmica socioeconômica das ilhas de todo o Território do Marajó.

Passados 12 anos da conquista da terra, quais foram os ganhos socioeconômicos das famílias? Qual a importância dos produtos florestais na vida dos trabalhadores e trabalhadoras agroextrativistas? Até que ponto a segurança das posses, que se deu com o acesso a Relação de Beneficiários (RB) do Incra e aos Termos de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) emitidos pela Superintendência de Patrimônio da União (SPU), garantiu o acesso às políticas públicas de fomento a agricultura familiar? É possível um modelo de produção baseado na coletividade atingir bem-estar social em uma economia de mercado? Essas são algumas indagações que este artigo procura analisar a partir do estudo diagnóstico realizado no Projeto de Assentamento Agroextrativista Ilha do Meio, Afuá-PA.

¹ Medida local que se refere a uma cesta de 14 kg de açaí

2. Metodologia

2.1. Localização da área de estudo: PAE Ilha do Meio

O Projeto de Assentamento Agroextrativista Ilha do Meio (Afuá - PA) foi criado em 2008 como resultado de uma longa história de organização social através da luta sindical para enfrentar conflitos agrários que marcaram essa região nos anos 1980 (CPT, 1988). Está situado no intrincado de ilhas, rios, furos e igarapés da Mesorregião do Marajó, microrregião dos Furos de Breves. De acordo com o Incra (BRASIL, 2008; 2019), o PAE possui 26.390,76 hectares, com 480 habitantes, divididos segundo a organização social, em 3 setores: Açaituba, Moura e Fábrica.

Sobre a estrutura da floresta, predominam na Ilha do Meio as florestas de várzea, formações mais baixas e abertas quando comparadas às matas primárias de terra firme, com altura entre 20 e 25 metros (MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI, 1998). Na descrição feita pela Aproja (2003) para a região do Itatupã, município de Gurupá, vizinho de Afuá onde se encontra a Ilha do Meio, as várzeas locais apresentam como subtipos florestais predominantes: a) Açaizais: formadas predominantemente por palmeiras da espécie *Euterpe oleracea* Mart., seguindo adjacentes dos cursos d'água; b) Buritizais: formados em sua maioria pela espécie *Mauritia flexuosa* L., onde normalmente o terreno é bem mais alagável; c) Pracuubais: subtipos de rara ocorrência na região, são formados por árvores de maior porte, como a pracuúba (*Mora paraensis* Ducke), a muiratinga (*Olmedia caloneura* Huber), e o pau-mulato (*Calicophyllum spruceanum* Benth) etc. d) Igapós: localmente denominados de “centros”, são formados por espécies florestais adaptados a esse ambiente permanentemente alagado, inclusive também por açaizais, caracterizados por pouco perfilhamento e diâmetros maiores.

2.2. Método de coleta de dados

Para a análise da situação socioeconômica, ambiental e das políticas públicas da Ilha do Meio nos dias atuais e sua relação com a luta pela terra, este estudo seguiu as seguintes etapas: a) Mobilizações e reuniões de apresentação do projeto Bem Diverso, da equipe, dos objetivos e resultados esperados, como etapa para a obtenção do consentimento prévio e informado das comunidades; b) Realização de oficinas RADAR Comunitário como diagnóstico rápido participativo da situação de bem viver das

comunidades; c) Entrevistas com famílias da Ilha do Meio distribuídas entre os setores Fábrica, Açaituba e Moura; d) Localização das famílias entrevistadas e e) Oficinas de restituição para apresentação dos resultados, discussão e validação das informações obtidas.

2.2.1 Entrevistas com famílias da Ilha do Meio

As famílias foram selecionadas a partir de sua participação nas oficinas RADAR Comunitário e demonstração de interesse. A intensidade de amostragem seguiu a representatividade das comunidades em relação a distribuição das famílias no PAE Ilha do Meio, 70% Açaituba, 20% do setor Moura e 10% da região Fábrica. A amostragem envolveu 135 famílias, 28,3% das famílias registradas na relação de beneficiários do Inca. Todas as famílias foram consultadas sobre seu interesse em participar na pesquisa e assinaram um Termo de Consentimento Prévio e Informado – TCPI.

As entrevistas foram realizadas com o uso de formulário semi-estruturado, com três (03) equipes de entrevistadores para as regiões Açaituba, Fábrica e Moura. As perguntas feitas aos entrevistados abrangeram aspectos relacionados a: a) Dados territoriais – localização geográfica, situação fundiária e os documentos comprobatórios das famílias; b) Dados de produção da agricultura familiar – produção, produtividade, renda, acesso a mercados institucionais etc..) Dados da produção e comercialização florestal – produtos florestais manejados e comercializados, principais geradores de renda da floresta; d) Dados de acesso as principais políticas públicas destinadas a agricultura familiar. As informações obtidas foram sistematizadas em planilhas e analisadas com o uso do programa Excel.

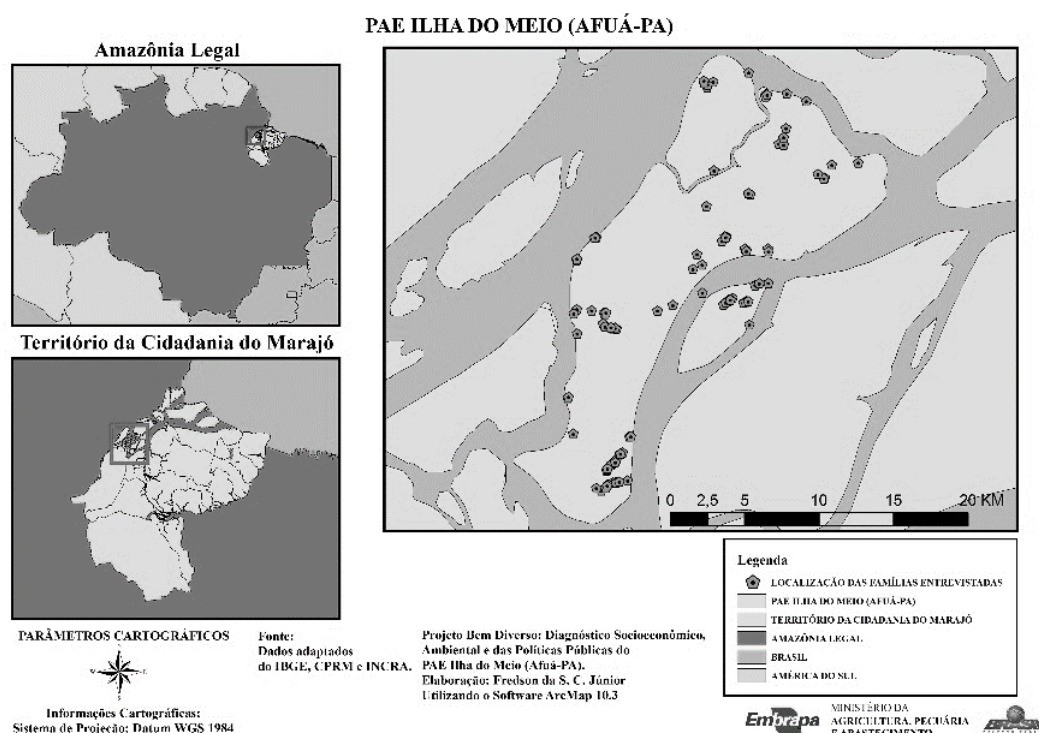
2.2.2 Localização das famílias entrevistadas

Durante a realização das entrevistas, os entrevistadores localizaram as famílias com objetivo de gerar banco de dados georreferenciado e produzir mapas. Em situações onde os titulares possuíam TAUS, foram utilizadas as coordenadas oficiais constantes no documento, no caso de inexistência, as coordenadas geográficas foram levantadas por

meio de GPS modelo *Garmim* ou com o uso do aplicativo de celular *Maverick*. A localização das famílias entrevistadas é apresentada na Figura 1.

Figura 1 – Localização da Ilha do Meio em Afuá, com destaque para as famílias entrevistadas.

Fonte do Mapa: Embrapa Amapá, Fredson Júnior, 2018.



2.2.3 O uso do termo “Baliza” para analisar os ciclos do extrativismo em Afuá

A palavra “baliza”, tem como significados “marco, poste ou outro sinal que indica um limite” ou ainda “sinal que indica uma passagem” (DICIONÁRIO MICHAELIS, 2019). Isto é, um marco que do ponto de vista do tempo pode-se distar para valorizar a história de um território e de sua população. Na Engenharia Florestal, a baliza é bastante utilizada para demarcação de áreas e alinhamento do traçado das trilhas. Para o planejamento de estradas e verificação do caminho planejado.

Assim, aqui propomos a análise de três marcos temporal, como três balizas fincadas no solo/tempo para traçarmos o percurso adotado pelo movimento dos trabalhadores e trabalhadoras rurais afuaense pela terra e produção florestal: a) Primeira baliza: a mobilização e organização social contra os “patrões”, nos anos 1980, cujo

assassinato de uma liderança local, o “Bira”, culminou na criação do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Afuá, em 1985; b) Segunda baliza: a criação dos Projetos de Assentamento Agroextrativistas pelo Incra em Afuá, iniciado no ano de 2008 e c) Terceira Baliza: A consolidação do açaí como a força motriz do “bem viver” no meio rural de Afuá, principalmente na parte ocidental do Canal do Vieira, cujo marco de estudo são os anos de 2018-2019.

3. Resultados e discussão

3.1 Histórico da luta pela terra na Ilha do Meio: A Primeira Baliza

Durante as entrevistas e cafezinhos das atividades de campo, foram relatados os momentos decisivos da luta pela terra em Afuá, cujas memórias principais vieram dos senhores Manoel, Antônio, Maria e Jorge, cujos fatos narrados coincidem com os estudos feitos por Cardoso (1997) e Silva (2013). No ano de 1982, surgiram os grupos pré-sindicais como “embriões” do movimento sindical de Afuá, influenciados pela onda existente no país de soerguimento do sindicalismo no Brasil organizado por lideranças nacionais como Luís Inácio Lula da Silva (ABC Paulista) e Chico Mendes (Xapuri, Acre). Em Afuá e Gurupá, a participação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Amapá e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) foram fundamentais como motivadoras do processo de organização social (OLIVEIRA, 1991). A CPT em seu *Jornal do Povo da Terra* (CPT, 1988) registra esse momento histórico nestes dois municípios do Marajó.

Em 1983, segundo relatos das lideranças entrevistadas, foi assassinado na Ilha dos Bodes (ilha que hoje faz parte do PAE Ilha do Meio) o senhor José do Carmo, conhecido como Bira, pelo “patrão”² que agia naquela localidade. Esse fato foi o estopim de uma das maiores movimentações de comunidades na história do Marajó. A dimensão da mobilização foi tamanha, que evitou a prisão das lideranças que se manifestaram por justiça e a favor da reforma agrária no município. Não foi possível para os policiais militares à época darem voz de prisão as lideranças já que centenas de pessoas estavam indignadas e dispostas a se juntar a eles.

² Termo popularmente utilizado para se referir aos Seringalistas no tempo da borracha, e que se perpetuou na região em deferência aos auto-declarados donos das terras na região amazônica.

A continuidade dos encontros organizados pelos grupos pré-sindicais, CEBS e CPT culminou na criação do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Afuá, em 19 de dezembro de 1984. Ele foi criado com o objetivo de dar segurança as famílias quanto ao direito à terra. O STTR passou a representar institucionalmente as famílias e buscar o acesso às informações relacionadas a direitos e cidadania, atuando principalmente nas ilhas ocidentais ao Canal do Vieira.

Neste momento histórico, a produção de açaí era de subsistência, popularmente chamada de “açaí do bebe”. Só que muitas vezes tinha que ser repartida ou mesmo entregue para aqueles que se diziam donos da terra, os “patrões”. Tal situação, de trabalho análogo ao escravo, desencadeava um cenário de enfrentamento da fome.

3.2 A criação dos Projetos de Assentamento Agroextrativistas (PAEs) em Afuá: A Segunda Baliza

As bases organizacionais para o avanço da regularização fundiária no município aconteceram a partir da aliança entre o STTR-Afuá, a CPT Amapá, a ONG Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) – atuante na região entre 2001 e 2007, e que iniciaram processo de formação de lideranças e promoção da educação por meio da Escola Família Agrícola do Coqueiro – atuante no período de 1993 a 2007.

Nas articulações regionais, foi importante a participação do STTR de Afuá nos encontros mobilizados pelo *Fórum de Articulação para o Manejo Florestal no Estuário do Rio Amazonas – FAE*, cujos seminários ocorridos entre 2002 e 2007 repassaram muitas informações básicas às lideranças, que culminaram na oficialização de pedido de reconhecimento dos territórios comunitários no Marajó (CARVALHO et. al, 2019).

Entre os anos de 2008 à 2011 foram criados pelo INCRA 18 Projetos de Assentamento Agroextrativistas em Afuá, somando uma área total de 534.388,86 hectares, beneficiando 4461 famílias, segundo a tabela a seguir:

Tabela 1. Projetos de Assentamento Agroextrativistas criados pelo Incra em Afuá-PA.

Nome do PAE	Famílias Assentadas	ÁREA (ha)	Data de Criação
PAE Ilha do Meio	443	26.694,34	31/12/2008
PAE Ilha Maracujá I	236	22.511,56	31/12/2008
PAE Ilha Rasa	128	2.755,64	31/12/2008
PAE Ilha do Teles	44	3.781,08	31/12/2008
PAE Ilha Caldeirão	77	8.237,97	31/12/2008
PAE Ilha Conceição I	183	13.193,22	31/12/2008
PAE Ilha Salvador	228	26.619,13	31/12/2008
PAE Ilha Queimada	716	92.902,63	31/12/2008
PAE Ilha dos Carás	167	13.609,94	31/12/2008
PAE Ilha Panema	136	7.804,92	31/12/2008
PAE Ilha Jurupari I	276	40.182,30	31/12/2008
PAE Ilha Baiano	91	13.452,89	31/12/2008
PAE Ilha Charapucu	680	201.768,81	11/11/2009
PAE Ilha do Pará	893	43.534,54	11/11/2009
PAE Ilha Marajozinho	36	1.807,97	30/11/2011
PAE Ilha Ararama I	44	9.359,86	30/11/2011
PAE Ilha Cajuuna	23	3.512,16	30/11/2011
PAE Jurara	18 FO	2.659,91	30/11/2011

Fonte: INCRA, 2019.

O PAE Ilha do Meio, foi criado através da Portaria 118 do Incra, de 31 de dezembro de 2008, com 26.694 hectares (Brasil, 2008), com Plano de Utilização do Assentamento datado de 2009, com 480 famílias na Relação de Beneficiários do Incra.

No mesmo período, foram expedidos pela Superintendência de Patrimônio da União 3.142 Termos de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) no município, no âmbito do programa *Nossa Várzea*. Tal programa foi criado pela SPU para atestar moradia às famílias agroextrativistas que habitam nas áreas de dominialidade da União, cujo documento permitiu aos moradores acessar linhas de crédito, aposentadoria, seguro

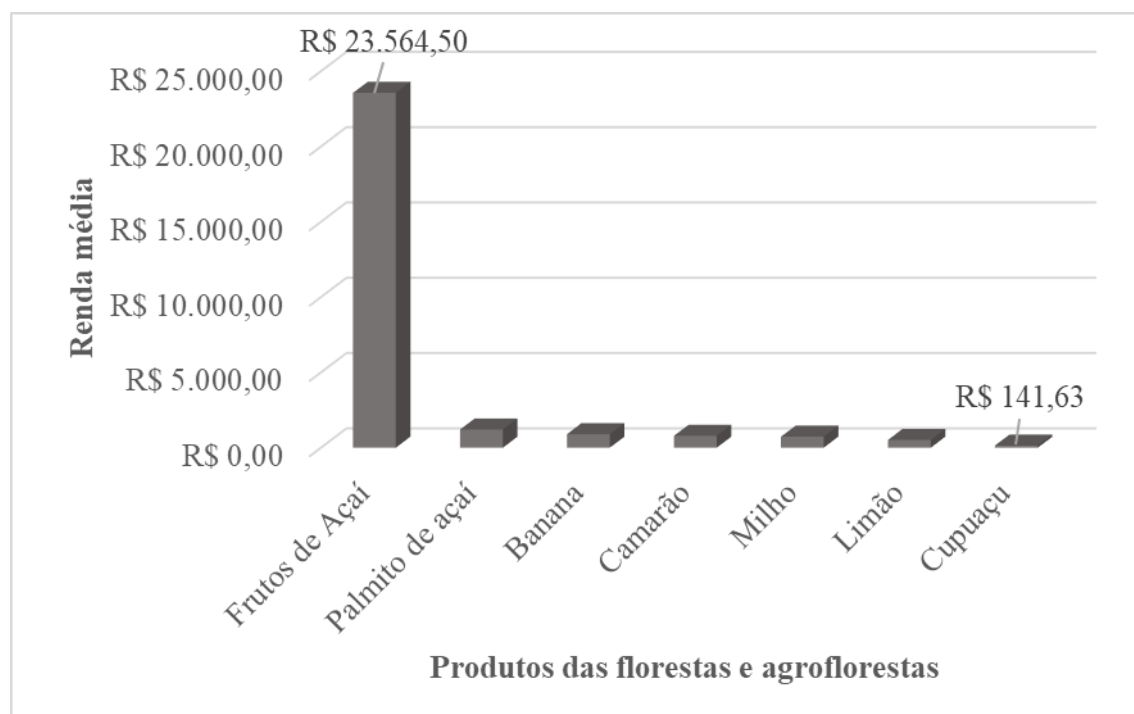
maternidade, seguro desemprego (no caso de acidentes) e programas sociais como Bolsa Família, Bolsa Escola, e o Minha Casa Minha Vida Rural (GONÇALVES *et. al*, 2016).

A produção de açaí no período começa a ser registrada pelas instituições oficiais como o IBGE, e sua contribuição para o PIB municipal entre 2008 e 2011 chegou a R\$18.208.000,00.

3.3 A consolidação do açaí como a força motriz do “bem viver” no meio rural de Afuá: A Terceira Baliza

Os dados levantados nas entrevistas feitas com os moradores do PAE Ilha do Meio apontam como principais produtos geradores de renda, obtidos nas florestas e agroflorestas comunitárias, os frutos do açaí, palmito, camarão e frutas como a banana, o limão e o cupuaçu e (Figura 2). O açaí desponta em primeiro lugar isolado, representando mais de 90% da renda das famílias, quando analisados os ganhos exclusivamente da produção agroflorestal.

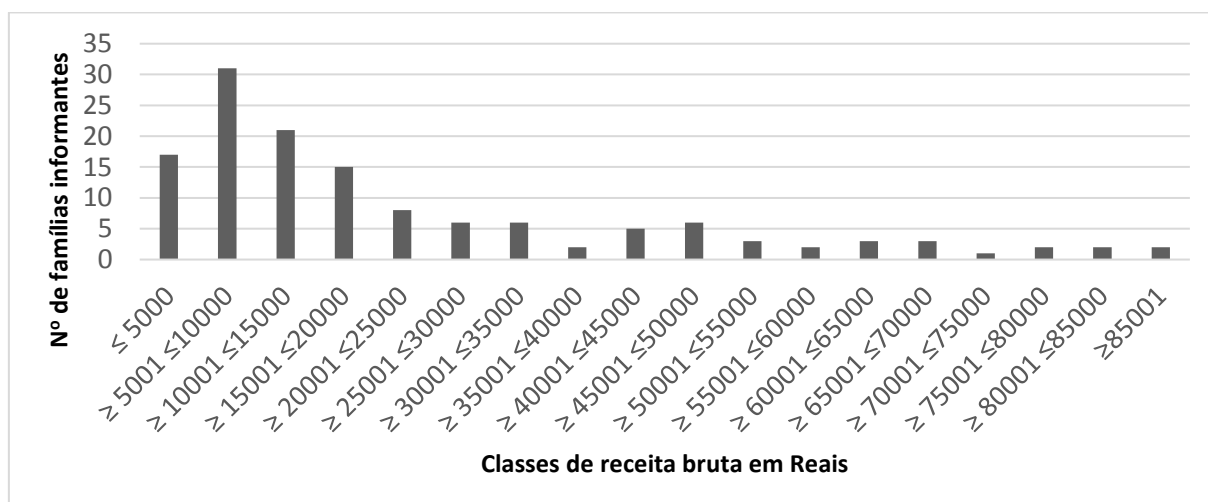
Figura 2 – Renda média obtida pelos produtos das florestas e agroflorestas do PAE Ilha do Meio em 2017. Fonte: elaborado pelos autores.



Se comparado há um pouco mais de uma década, os frutos de açaí passaram a substituir a madeira e o palmito como principal gerador de renda das famílias, como mostra o diagnóstico da FASE (2005) na região próxima, município de Gurupá, onde hoje é a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Federal Itatupã-Baquiá. O palmito, agora, se tornou subproduto do aproveitamento do manejo de açazais e não a principal atividade econômica, como acontecia até meados dos anos 2000 (RAMOS, 2012). Em 2005, o palmito de “primeira” era vendido pelos agroextrativistas às fábricas locais de Gurupá no valor de R\$0,40 a R\$0,52 por “cabeça” (FASE, 2005). Hoje, na Ilha do Meio, este valor varia de R\$0,81 a R\$1,22. Da mesma forma, o número de serrarias familiares chamadas de “quebra-peitos”, que forneciam tábuas, flechais e ripas para os mercados de Santana e Macapá, no Amapá, diminuiu consideravelmente devido à dificuldade de assistência técnica e o complexo processo de licenciamento ambiental da atividade de manejo madeireiro, que conta com a fiscalização do Batalhão Ambiental (Instituto Peabiru, 2011).

No caso da produção e venda de frutos de açaí, a receita bruta média anual obtida em 2017 pelos moradores foi de R\$ 23.564,50, com preços variando de R\$19,00/rasa a R\$40,00/rasa. A produção média no mesmo ano foi de 776 rasas de frutos de açaí por família. (Figura 3).

Figura 3 – Distribuição das classes de receita bruta em Reais obtida com a venda do fruto do açaí pelas 135 famílias entrevistadas no PAE Ilha do Meio em 2017. Fonte: elaborado pelos autores.



Nos estudos do IBGE PEVS (2017), o município de Afuá está em segundo lugar na produção de açaí entre os 16 municípios da mesorregião do Marajó, com 20,585 milhões de reais de movimentação financeira e 8.950 toneladas de frutos de açaí produzidos. A comparação entre os valores apresentados pelo IBGE (2017) e os levantados pelo presente estudo sugerem que os valores oficiais podem estar subestimados. Uma explicação pode ser o uso exclusivo de informações oriundas da Receita Estadual a partir de comprovações fiscais. Como é de notório conhecimento, nesta cadeia produtiva há predomínio do mercado informal, logo, a maior parte do açaí comercializado não aparece nas estatísticas oficiais.

Na Ilha do Meio, as 135 famílias entrevistadas produziram 1,5 toneladas de frutos de açaí, o que representa 15% de toda a produção municipal. A renda per capita com a comercialização de açaí é de R\$ 5.355,57 anuais, o equivalente a R\$ 446,30 mensais para cada morador da ilha.

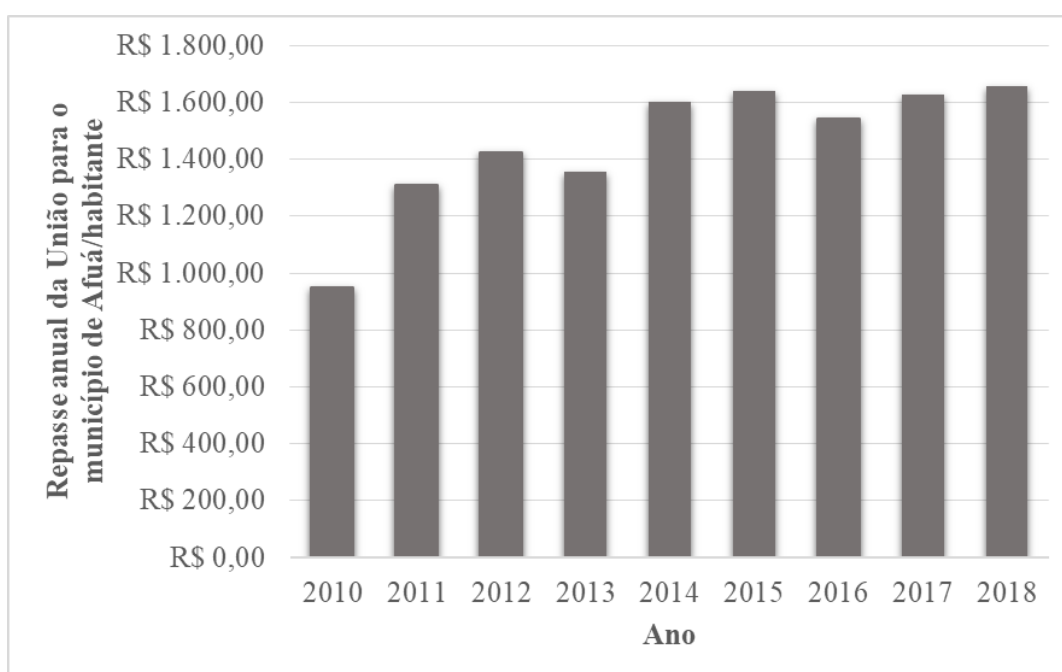
Os estudos da LCA Consultores, a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, divulgada em 2017 pelo IBGE, indicam o valor de R\$136 mensais considerados como limites para a linha da extrema pobreza (VILLAS BOAS, 2018). Tal parâmetro, portanto, coloca felizmente as famílias da Ilha do Meio em situação distante da extrema pobreza.

Por outro lado, se analisamos o valor investido pelo Governo Federal por afuaense em 2017 (Figura 4), este foi da ordem de R\$1.626,37 ou R\$135,53/mês (BRASIL, 2019), ou seja, a economia familiar com a produção de açaí é três vezes maior do que os repasses federais por habitante do município de Afuá. Sendo assim, o açaí assume papel principal como agente socioeconômico que suporta as necessidades básicas das famílias da Ilha do Meio.

Os resultados da produção de açaí da Ilha do Meio, em 2017, somados aos avanços de infraestrutura encontrados na região com a chegada da energia solar, internet e meios de transporte para as famílias, nos permitem afirmar que a luta pela terra iniciada nos anos 1980 (a primeira baliza), consolidada nos anos 2000 com a criação dos assentamentos (a segunda baliza) criou as condições para que hoje os produtores possam vender sua produção com liberdade, aproveitando o momento de aumento da demanda e alta de preços do açaí nos mercados nacional e internacional. Os ganhos das famílias,

muitas agora pertencentes a uma nova classe média rural, têm proporcionado dignidade nas várzeas do estuário (terceira baliza). E o mais virtuoso é que isso se deu com a manutenção da organização social, mesmo considerando a batalha existente entre o individualismo (como essência do sistema capitalista) e o senso ou cultura de coletividade das comunidades.

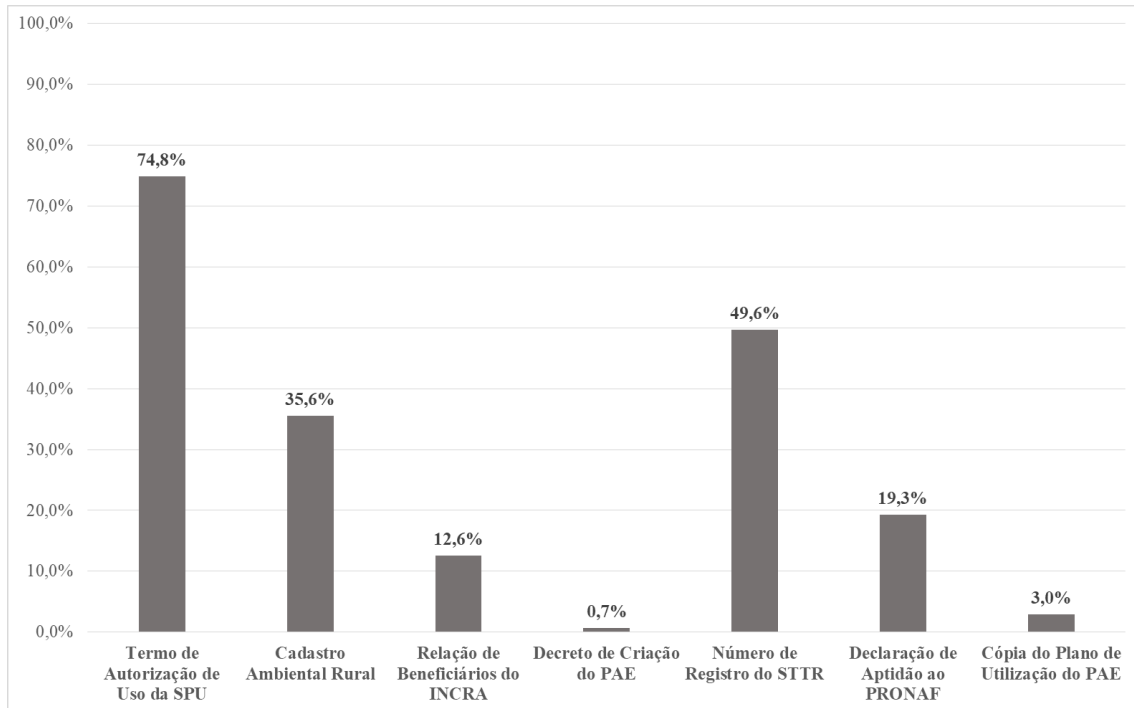
Figura 4 – Repasse anual da União por habitante de Afuá segundo a razão entre os valores de investimento registrados no Portal da Transparência e o número de habitantes estimados pelo IBGE (2018).



3.4. Os desafios territoriais e socioeconômicos do PAE Ilha do Meio: Onde fincar a próxima baliza?

Apesar do avanço na regularização fundiária na Ilha do Meio, boa parte das famílias não possui até os dias de hoje a documentação comprobatória que vivem em um assentamento agroextrativista. A Figura 5 apresenta o percentual de famílias que possuem diferentes documentos que ajudam a comprovar regularidade fundiária.

Figura 5 – Percentual das famílias entrevistadas que detêm diferentes documentos que auxiliam na comprovação de “posse” ou regularidade fundiária. Fonte: elaborado pelos autores.



Dos documentos apresentados, os Termos de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) emitidos pela Superintendência de Patrimônio da União (SPU) são os mais citados pelas famílias entrevistadas. Os TAUS foram apresentados em 74,8% das entrevistas, comentado sempre como o principal comprovante de moradia. Para o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2015), a emissão destas autorizações de uso pela SPU para as comunidades ribeirinhas constituiu uma solução, a princípio provisória, para reconhecer de forma rápida e menos onerosa os territórios ocupados tradicionalmente nas áreas de várzea. De acordo com este instituto, a solução definitiva de regularização fundiária em assentamentos agroextrativistas se dá por meio da Concessão de Direito Real de Uso (CDRU), contrato entre a União e associação de moradores que envolve ações de reconhecimento, demarcação e discriminação das terras de domínio da União, cujo procedimento atualmente é complexo, moroso e que passa por reais dificuldades diante do extremismo de agentes governamentais em reconhecer a regularização fundiária dos assentamentos agroextrativistas de caráter coletivo e territorial.

No plano produtivo, mesmo com o crescimento significativo da renda dos agroextrativistas de Afuá, as famílias afirmam que durante a entressafra do açaí, muitas passam por dificuldade. Isso pelo fato de não terem cultura de poupança familiar ou comunitária, o que as deixa vulneráveis para emergências, principalmente na área de saúde, e limita o investimento na diversificação da produção florestal ou agrícola.

Considerando que 94% da renda familiar é oriunda da venda do açaí, durante a entressafra o recebimento de recursos do Programa Bolsa-Família se torna decisivo na compra de alimentos (52% das respostas) e na aquisição de material escolar (18%). Durante a finalização deste artigo, algumas comunidades da Ilha do Meio afirmaram ter iniciado discussão sobre a criação de fundos solidários com base no açaí, inspirados no exemplo da comunidade Santo Ezequiel Moreno, Rio Acuti-Pereira, em Portel (PAIVA et al., 2017; RAMOS et al., 2018).

A forte demanda do mercado pelo açaí tem aumentado a pressão sobre as florestas de várzea, causando efeitos negativos na forma de uso da floresta, com a derrubada de buritizais, jupatizais e murumuruzais para dar lugar aos açaizais. A Embrapa Amapá em parceria com a Emater Pará, tem oferecido treinamentos e instalado Unidades Demonstrativas (UDs) de manejo de mínimo impacto de açaizais nativos em várias comunidades nos municípios de Afuá, Gurupá e Chaves. Esta tecnologia permite manejar a floresta com ganhos em produtividade e manutenção da biodiversidade. Muitas lideranças comunitárias estão convencidas da necessidade de se produzir açaí de forma menos agressiva, conciliando a sua produção com outras espécies nativas de interesse econômico produtoras da madeira, frutos e óleos.

A encíclica papal *Laudato Si* da Igreja Católica adverte que culpar o incremento demográfico em vez do consumismo exacerbado e seletivo de alguns é uma forma de não enfrentar os problemas (A SANTA SÉ, 2015). Portanto, é mister educar as novas gerações para o uso equilibrado dos recursos naturais, como também é imprescindível adotar uma postura mais consciente sobre a importância do consumo responsável. As técnicas de manejo de mínimo impacto ofertadas pela Embrapa (QUEIROZ; MOCHIUTTI, 2012) e pelo Centro Manejaí (2019) são um caminho para esta mudança de comportamento. São ações que tem ressonância em uma das frases mais repetidas nas entrevistas realizadas no PAE Ilha do Meio, como motivo para se conservar a floresta:

Porque assim protegemos os animais e combatemos a queimada...
- Lucinda e Batista, do rio Fábrica.

Avaliamos que um passo importante nesta nova etapa deve ser na direção de atualizar o Plano de Utilização do PAE Ilha do Meio, uma vez que poucas famílias possuem conhecimento aprofundado em relação ao principal documento de gestão territorial e ambiental do assentamento (Figura 5). Elaborado em 2009, possivelmente precisa incorporar novas regras, adaptadas à conjuntura local, discutindo temas como cuidados com o lixo, venda de posses, limites de respeito, acordos de pesca, reflorestamento, entre outros. Outra opção seria a construção de um Protocolo Comunitário, atualmente reconhecido como instrumento de reconhecimento do direito consuetudinário de povos e comunidades tradicionais, pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pelo Protocolo de Nagoia, parte da Convenção da Diversidade Biológica que reconhece o direito a proteção dos conhecimentos tradicionais e repartição de benefícios associados. No Amapá, indígenas Wajãpis e do Oiapoque, assim como as comunidades do Bailique construíram seus protocolos de consulta.

Outro passo importante é a organização e formação das mulheres agroextrativistas para a cadeia produtiva dos óleos vegetais (andiroba, pracaxi, ucuúba, murumurú, patauá, jupati etc.). Não apenas para a venda de sementes, que é o que ocorre hoje em algumas comunidades, mas para que logrem o beneficiamento do óleo e transformação em produtos finais, com agregação de valor e preços mais justos. A ampliação de uma economia mais diversa, inclusiva, que tem na organização social e cooperação entre famílias e comunidades, a base para o uso coletivo e sustentável da floresta com reconhecimento e acesso a novos mercados.

Finalmente, não podemos deixar de mencionar a necessidade de cuidar melhor dos jovens. Os jovens são os que fincarão a quarta baliza, e para isso necessitam de atenção e investimento hoje. É consenso entre as comunidades a necessidade de trazer de volta o ensino médio, antigamente oferecido pela Escola Família do Coqueiro. Educar e capacitar os jovens para acesso as novas tecnologias e relacionamento com os mercados, para que se apropriem cada vez mais da economia pujante do açaí, deixando de ser meros

fornecedores de frutos e se tornem os verdadeiros empreendedores desta cadeia de valor.

Seria essa a quarta baliza?

4. Considerações finais

Os estudos realizados no PAE Ilha do Meio, Afuá-PA, nos permitem afirmar que:

- A luta pela terra e pelos seus recursos naturais através da forte organização social logrou o êxito de obter da esfera federal a regularização fundiária em benefício de 480 famílias agroextrativistas;
- A conquista da segurança da terra quando se somou ao crescimento do valor econômico dos frutos de açaí nos anos 2000, impulsionou a socioeconomia das comunidades da ilha, apoiadas também por programas governamentais de distribuição de renda;
- Os avanços obtidos com a conquista da terra e comercialização do açaí tiveram como efeito prático e transformador a superação da insegurança alimentar e da dependência aos antigos padrões. A rabetá e o telefone celular são símbolos da liberdade e dinamismo de ir e vir, se comunicar e expandir as relações sociais e econômicas entre os habitantes da ilha;
- Os recursos naturais possuem grande potencial de aproveitamento, principalmente no uso de espécies para o fornecimento de sementes, óleos e alimentação, por meio das frutas da floresta, processo que pode marcar um novo momento da economia local;
- A direção da quarta baliza depende das oportunidades e da força da juventude rural extrativista. Do equilíbrio entre a força da tradição e cultura comunitária e de fatores externos como mercado e cenário político. Esperamos que a tradição e a cultura consigam se manter fortes, mostrando ao mundo que a melhor estratégia para conservar a Amazônia é respeitar os meios de vida das comunidades tradicionais e adquirir produtos com responsabilidade socioambiental.

Agradecimentos

Às famílias do Projeto de Assentamento Ilha do Meio, que bem receberam os pesquisadores e entenderam a importância deste estudo, elas que são a motivação maior deste trabalho na busca pela conquista e manutenção de direitos.

Às lideranças comunitárias, em especial aos casais Manoel de Nazaré/Maria da Conceição, Manoel Pedro (“Pedrinho”) / Maria Fransineide, Rogerio Nahum/Andreza Chagas e Vitoriano Nahum. Aos profissionais Darcileide Corrêa, Ediglei Rodrigues e Claudeci Fernandes pelo auxílio na aplicação das entrevistas com esmero e compromisso.

Referências bibliográficas

A Santa Sé. Carta Encíclica Laudato si’ **Do Santo Padre Francisco Sobre o Cuidado da Casa Comum.** 2015.15p. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papafrancesco_20150524_enciclica-laudato-si.html. Acesso em 23 de setembro de 2015.

ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DO RIO JABURU – Aproja. **Plano de Manejo Florestal Comunitário Para Uso Múltiplo de Andiroba (Carapa Guianensis Aubl.) do Rio Jaburu, Distrito do Itatupã, Gurupá, Pará.** 2003. 23p. Disponível em <https://www.recantodasletras.com.br/e-livros/3845261>. Acesso em: 17 de março de 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA Diretoria de gestão estratégica – DE. Superintendência Regional Pará / Belém - SR 01. **Assentamentos - Informações Gerais.** Disponível em: http://painel.incra.gov.br/sistemas/Painel/ImprimirPainelAssentamentos.php?cod_sr=1&Parameters%5BPlanilha%5D=Nao&Parameters%5BBox%5D=GERAL&Parameters%5BLinha%5D=4 Acesso em:09/12/2019. Acesso em: 09/12/2019.

BRASIL. IBGE **Cidades. Afuá.** 2019. População. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/afua/panorama>. Acesso em:09/12/2019.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Relação de Beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) - Lista Única, por SR/Projeto/Município/Código Beneficiário.** Brasília, DF, 2019. Disponível em: www.Incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/beneficiarios/rel_409-sr-

01_pa_0.pdf_Acesso em: 09/12/2019

BRASIL. **Projeto Radam**. Departamento Nacional de Produção Mineral, Projeto RADAM, Rio de Janeiro, 1974.

CARDOSO, Joel Henrique. Uma experiência de educação voltada ao meio ambiente rural: a Escola Família Agrícola do Rio Coqueiro (Efarc) e sua realidade. 1997.

Relatório de estágio curricular do curso de Agronomia. UFSC: Florianópolis, 1997. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/117670/138571.pdf?sequence=1>. Acesso em: 26 de agosto de 2019.

CARVALHO, João Paulo Leão; CRUZ, Benedito Ely Valente da; CALVI, Miquéias Freitas. **Política Agrária e o Ordenamento Territorial no Marajó, Pará**. Mercator (Fortaleza), Fortaleza, v. 18, e18013, 2019. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-22012019000100210&lng=en&nrm=iso>. access on 09 Dec. 2019. Epub Sep 09, 2019. <http://dx.doi.org/10.4215/rm2019.e18013>.

CENTRO DE REFERÊNCIA EM MANEJO DE AÇAIZAIS NO MARAJÓ – **Manejai: Unindo esforços e fortalecendo entidades locais para geração e democratização do conhecimento**. Portel, PA. Disponível em: www.manejai.com.br/. Acesso em: 27 de agosto de 2019.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA AMAPÁ. **Ilha do Pará**. In: Jornal Povo da Terra, nº10, jul/ago de 1988. Impresso.

FASE. **Diagnóstico Socioeconômico para a Criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupã-Baquiá**. Relatório da FASE para a Conservação Internacional. 2005. 18 p.

GONÇALVES, Amanda Cristina Oliveira; CORNETTA, Andrei; LEONARD, Fábio Alves; BARBOSA, Jeferson Grala. A Operacionalização do *Nossa Várzea* no Estado do Pará. 2016. In: Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas - IPEA. **A função socioambiental do patrimônio da União na Amazônia** /organizador: Fábio Alves . – Brasília, DF: Ipea, 2016. 359 p.

INSTITUTO PEABIRU. **Diagnóstico Socioeconômico, Ambiental e Cultural do Arquipélago do Marajó**. Apoio à implementação e sustentabilidade das Áreas Protegidas do Arquipélago do Marajó, especialmente para a Reserva da Biosfera Amazônia- Marajó. Programa Viva Marajó. Belém, PA. 2011.108p. Disponível em: <http://institutopeabiru.files.wordpress.com/2012/09/vivamarajo-escutamaraajo.pdf> . Acesso em: 12 março de 2018.

MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. **Caracterização da Fitoecologia e da Flora da Zona de Influência da Hidrovia do Marajó, Ilha do Marajó, Estado do Pará**. Belém: MCT/CNPq/MPEG, 1998, 51p.

OLIVEIRA Júnior, Paulo Henrique Borges. **Ribeirinhos e Roceiros – Gênese, subordinação e resistência camponesa em Gurupá – PA**. São Paulo: USP – FFLCH, 1991.

ORNSTEIN, Rudolf. Gráfico RADAR: **uma forma alternativa de medir o desempenho econômico-financeiro**. Porto Alegre, Revista do CRCRS, [18]2:8, jul. 1989.

PAIVA, João Daltro; MIRANDA, Katiuscia; da SILVA, Ruth Corrêa. **Experiência do Fundo Solidário Açaí de Portel**. In: MIRANDA, Katiuscia et al. (Org.) *Embarca Marajó: Estratégias locais de inovação, fortalecimento institucional e desenvolvimento sustentável* /. Belém: Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2017. 63-100p.

POTIGUAR, Manuel; RAMOS, Carlos Augusto. **Oficina de elaboração de estratégia**

de promoção da Cadeia de Valor do Açaí Marajoara. Relatório da atividade 1.3, do projeto de fortalecimento dos Arranjos produtivos locais apl's do açaí e andiroba no Marajó. Belém. 2013. Disponível em: https://institutopeabiru.files.wordpress.com/2012/09/apl_relato81rio-oficina-acca7aicc81.pdf . Acesso em: 26 de agosto de 2019.

QUEIROZ, João Antonio Leite; MOCHIUTTI, Silas. **Guia prático de manejo de açaizais para produção de frutos – 2.** ed. rev. amp. - Macapá: Embrapa Amapá, 2012. 36p.

RAMOS, Carlos Augusto. **Manejo florestal de açaí: proposta consolidada no Marajó.** 2012. Disponível em <https://www.recantodasletras.com.br/cronicas/3454942>. Acessado em 27 de março de 2018.

RAMOS, C.A.; TAVARES, M.; POTIGUAR, M. **Lupa Marajó: Observatório e Ação no Âmbito do Projeto Embarca Marajó.** In: Embarca Marajó: Estratégias locais de inovação, fortalecimento institucional e desenvolvimento sustentável / Organizado por Katiuscia Miranda; Manoel Potiguar; Maura Moraes; Rosevany Mendonça e Ruth Corrêa da Silva. – Belém: Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2017. 109-119p.

RAMOS, Carlos Augusto. **Segurança da Terra e da Água: Marajó.** 2018. Disponível em <https://www.recantodasletras.com.br/e-livros/6396485>. Acessado em 26 de agosto de 2019.

RAMOS, Carlos Augusto; LIMA, Loyanne; SANTOS, SANTOS, Michely Arlete dos; TRECCANI; Girolamo. **Sobre o Cadastro Ambiental Rural Baseado na Posse Mansa e Pacífica.** Nota Técnica 07. Belém, 2017. Disponível em: www.recantodasletras.com.br/e-livros/5953045. Acesso em: 27 de março de 2018.

SILVA, Elton Carlos Garces da. **Territorialidades específicas e mudanças fundiárias: o processo de territorialização dos Monteiro do rio Preto, município de Afuá, Pará.**

Quarta baliza do agroextrativismo no estuário do rio Amazonas: da luta pela terra à consolidação da economia do açaí

RAMOS, Carlos Augusto
EULER, Ana Margarida Castro

2013. 75p. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Amazônicas). Universidade Federal do Pará, 2013.

VILLAS BOAS, Bruno. **Pobreza extrema aumenta 11% e atinge 14,8 milhões de pessoas**. 2018. Disponível em <http://www.valor.com.br/brasil/5446455/pobreza-extrema-aumenta-11-e-atinge-148-milhoes-de-pessoas>. Acesso em: 19 de maio de 2018.